



**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA MINISTRA DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA, TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL, DRA. TERESA
RODRIGUES DIAS, NO I CONSELHO CONSULTIVO DO ANO DE 2024**

LUANDA, 25 DE ABRIL DE 2024.



REPÚBLICA DE ANGOLA

Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social

ABERTURA DO I CONSELHO CONSULTIVO DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL, DE 2024

**Excelência Senhor Governador da Província de Luanda, Eng.º Manuel Homem;
Excelência Senhor Inspector Geral da Administração do Estado, Dr. João Manuel Francisco;**

**Excelências Senhores Inspectores Gerais Adjuntos da Administração do Estado;
Excelências Senhores Secretários de Estado para a Administração Pública e para o Trabalho e Segurança Social;**

Exma. Senhora Administradora Municipal de Luanda;

Ilustres Membros dos Conselhos de Administração do ENAPP e do INSS;

Distintos Directores Nacionais e dos Institutos Públicos do Sector;

Prezados Representantes dos Parceiros Sociais;

Digníssimo Professor Doutor Carlos Maria Feijó;

Caros Colegas e Ilustres Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Considerem todos, o protocolo observado.

A todos os presentes, saúdo de forma fraterna e calorosa, agradecendo a Vossa tão ilustre presença neste **I Conselho Consultivo do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, referente ao ano de 2024.**

Dirijo uma saudação especial aos antigos dirigentes e responsáveis do nosso MAPTSS, aqui presentes, pois, fico muito agradecida por nos honrarem com a Vossa prestimosa comparência, que para nós sinaliza a manifestação clara da Vossa disponibilidade, em continuar a acompanhar de perto, o percurso deste importante Órgão da Administração Pública.

Com elevada honra dirijo-me a Vós, para proceder a abertura deste importante evento para o nosso Sector, porquanto, a reunião do Conselho Consultivo, decorre de um imperativo estatutário deste Departamento Ministerial, tendo como objectivos principais, a realização do **Balanço das Acções Programadas e Concretizadas, bem como a Definição de Metas, Prioridades, Estratégias e Políticas, atinentes às atribuições e serviços do Sector.**

Para a presente edição deste Conselho Consultivo, contamos com uma agenda bastante rica, pelo que, esperamos que possam tirar o máximo proveito dos temas que serão objecto de discussão e análise, nestes dois dias de balanço e reflexão.

**Excelências,
Minhas Senhoras e meus Senhores.**

As grandes realizações alcançadas pelo nosso Sector no ano transacto, foram objecto de uma abordagem exaustiva, aquando do nosso discurso, proferido por ocasião da Cerimónia de Cumprimentos de Final de Ano, realizada aos 22 de Dezembro de 2023, todavia, permitam-me tão só avançar breves notas, em jeito de actualização, alguns dados, sendo que, o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas, irá proceder a uma apresentação dos dados do Sector, devidamente pormenorizada.

Assim:

I. NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. No Programa de Reforma Administrativa (PREA), estão em curso, relativamente a reforma da Administração Pública, a revisão da Lei de Bases do Sistema Nacional de Formação Profissional, a Lei do Emprego e outros diplomas, que vêm trazer à Administração Pública, uma maior dinâmica, eficiência e transparência para o seu melhor funcionamento.

2. Na gestão e controlo dos efectivos da Função Pública, em sentido amplo, isto é, a Civil e a Militar, temos o total de **905.575 (Novecentos e Cinco Mil e Quinhentos e Setenta e Cinco) Funcionários Públicos**, sendo que, **408.288 (Quatrocentos e Oito Mil, Duzentos e Oitenta e Oito)**, são Funcionários Públicos Civis.

Dos Funcionários Públicos Civis, observou-se um aumento em 2023, de **1,3%**, passando de **403.333 (Quatrocentos e Três Mil, Trezentos e Três)** para **408.288 (Quatrocentos e Oito Mil, Duzentos e Oitenta e Oito)**.

Importa destacar que, os Sectores da Agricultura e Floresta, Saúde, Ensino Superior, Telecomunicações, Ambiente e o Sector dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, foram os que registaram o maior número de efectivos.

3. No que se refere a formação dos Funcionários Públicos, bem como dos trabalhadores do Sector empresarial Público e Privado, a Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP-E.P.), realizou diversas acções formativas, onde foram capacitados **23.301 (Vinte e Três Mil, Trezentos e Um) quadros**, correspondente a um cumprimento de **116,5%** face a meta de **20.000 (Vinte Mil) quadros** para o ano de 2023, definida em sede do Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027;

4. Relativamente ao Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), foi registado o atendimento de **3.753.792 (Três Milhões, Setecentos e Cinquenta e Três Mil, Setecentos e Noventa e Dois) Utentes**, em 2023, correspondendo a um aumento de **11,1%**.

II. NO DOMÍNIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO

1. Os Centros de Emprego registaram:

- **173.461 (Cento e Setenta e Três Mil, Quatrocentos e Sessenta e Um) Pedidos de Emprego;**
- **113.078 (Cento e Treze Mil e Setenta e Oito) Ofertas de Emprego; e**
- **112.707 (Cento e Doze Mil e Setecentos e Sete) Colocações ao Mercado de Trabalho.**

Observando os dados estatísticos acima citados, podemos perceber que os Centros de Emprego continuam a ter um papel importante para inserção dos trabalhadores no Mercado de Trabalho, porquanto, as ofertas de emprego, são quase todas absorvidas pelos registos em nossa posse, das colocações dos trabalhadores, porém, podemos verificar que, ainda existem largas percentagens de colocações no mercado de trabalho, que não passam rigorosamente pelos Centros de Emprego, por um lado e por outro lado, podemos sinalizar que muitos empregos só são formalizados quando as Entidades Empregadoras inscrevem-nos na Segurança Social.

2. Nesta conformidade, no ano de 2023, o comportamento do Mercado de Trabalho, através do **Grupo Técnico Multisectorial para o Tratamento dos Dados Numéricos sobre o Mercado do Emprego (GTME)**, apurou a criação de **191.800 (Cento e Noventa e Um Mil e Oitocentos) novos empregos**, em diferentes Sectores da actividade Económica Empresarial e da Administração Pública, dos quais, **9.259 (Nove Mil e Duzentos e Cinquenta e Nove)** foram destruídos, perfazendo o total líquido de **182.541 (Cento e Oitenta e Dois Mil, Quinhentos e Quarenta e Um) empregos gerados pela economia.**

3. Comparativamente, ao ano de 2022, houve **uma redução de 43,6% de empregos destruídos**, isto é, o mercado registou melhor estabilidade macroeconómica, permitindo uma maior conservação dos postos de trabalho, por um lado e por outro lado, houve **um aumento de 3,3%, em termos de empregos líquidos.**

4. No que concerne a implementação das Políticas Activas do Emprego, no ano de 2023, foram beneficiados **1.648 (Mil Seiscentos e Quarenta e Oito) Cidadãos**, a nível nacional com Kits de Trabalhos diversos e, cedidos **122 (Cento e Vinte e Dois) Microcréditos**, gerando no total **5.816 (Cinco Mil, Oitocentos e Dezasseis) Postos de Trabalho.**

5. O Instituto Nacional de Formação Profissional, através do Sistema Nacional de Formação Profissional, formou, em 2023, **88.671 (Oitenta e Oito Mil, Seiscentos e Setenta e Um) Cidadãos**, sendo, **58.984 (Cinquenta e Oito, Novecentos e Oitenta e Quatro) Homens** e **29.687 (Vinte Nove Mil, Seiscentos e Oitenta e Sete) Mulheres**.
6. No domínio do Programa de Revitalização, Reabilitação e Modernização dos Centros e Serviços de Emprego (PREMCSE), foram reabilitados e reinaugurados os Centros de Empregos do Cazenga, de Caxito, Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional do Talatona e concluídas as obras de construção dos Centros Integrados de Emprego e Formação Profissional do Cuíto e de Moçâmedes;

III. NO DOMÍNIO DA PROTECÇÃO SOCIAL OBRIGATÓRIA

1. Foram inscritos, em 2023, **18.405 (Dezoito Mil e Quatrocentos e Cinco) novos Contribuintes**, perfazendo um total acumulado de **238.663 (Duzentos e Trinta e Oito Mil e Seiscentos e Sessenta e Três) Contribuintes**;
2. De igual modo, foram registados no referido período, **222.301 (Duzentos e Vinte e Dois Mil, Trezentos e Um) novos Segurados**, perfazendo um total acumulado de **2.747.611 (Dois Milhões, Setecentos e Quarenta e Sete Mil e Seiscentos e Onze) Segurados**;
3. O Instituto Nacional de Segurança Social, atendeu **162.040 (Cento e Sessenta e Dois Mil e Quarenta e Dois) Pensionistas**, em 2023.

No domínio da produção legislativa, não podíamos deixar de assinalar que temos de uma nova Lei Geral do Trabalho, que desde os trabalhos preparatórios até as discussões em sede da Casa das Leis, sempre contou com o total empenho e engajamento dos nossos quadros, que responderam pronta e positivamente o desafio, tendo produzido uma proposta legislativa, que emergiu do consenso de todas as forças vivas da nossa Sociedade, resultando num texto que certamente irá conferir uma tutela mais reforçada aos direitos fundamentais dos trabalhadores, bem como promover a melhor salvaguarda dos interesses dos empregadores.

IV. PERSPECTIVAS PARA O ANO DE 2024

1. No quadro institucional, para o presente ano, foram adoptadas as seguintes medidas:
 - a) Operacionalização do Fundo Nacional do Emprego de Angola com a implementação dos Projectos e Programas constantes da Agenda Nacional para o Emprego;

- b) Continuar a estimular os cidadãos a empreender na agricultura, pescas e indústria, mediante formações e atribuição de microcréditos virados a estes Segmentos;
- c) Remeter para aprovação da nova proposta de Lei de Bases do Sistema Nacional de Formação Profissional (SNFP), em consonância com o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ);
- d) Concluir o processo de actualização da Lei de Emprego;
- e) Dar continuidade ao Programa de Revitalização, Expansão e Modernização dos Centros e Serviços de Emprego (PREMCSE);
- f) Continuar o Programa de Estágios Profissionais;
- g) Dar sequência dos Projectos Primeiro Emprego, Bonicrédito e Projecto PICAR;
- h) Consolidar o Sistema Informático de Gestão dos Centros de Emprego e de Formação Profissional;
- i) Adequar os Perfis e Planos Curriculares dos Cursos em conformidade com o Quadro Nacional de Qualificações.
- j) Revisar o Decreto Presidencial n.º 50/05, de 8 de Agosto, sobre o Regime Jurídico da Protecção da Eventualidade de Morte;
- k) Revisar o Regime Jurídico da Protecção na Invalidez, bem como regulamentar o Sistema de Verificação de Incapacidades;
- l) Revisar a Lei de Bases da Protecção Social, Lei n.º 7/04, de 15 de Outubro;
- m) Criar o Regime Jurídico da Validade dos Actos e Tramitação Electrónica da Segurança Social;
- n) Implementar o Sistema Nacional de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Pública; e
- o) Revisar o Decreto Presidencial n.º 8/11, de 7 de Janeiro, sobre o Regime Jurídico das Prestações Familiares.

Fora do quadro de realizações alcançadas no ano anterior, é mister destacar que os desafios do MAPTSS têm sido cada vez mais urgentes e estruturantes, em todo o caso, temos plena consciência que as atribuições transversais do nosso Sector, configuram questões sensíveis e de grande impacto social, sobretudo no actual contexto socioeconómico que o país vive.

Contudo, o Executivo liderado pelo Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, tem se mostrado incansável, nos seus esforços para a melhoria das condições sociais dos nossos cidadãos, sendo umas das grandes provas deste facto, o ajustamento pontual da remuneração dos Funcionários Públicos do Regime Geral, aprovado através do **Decreto Presidencial n.º 94/24, de 19 de Abril.**

Este aumento, foi feito em alinhamento com as metas definidas no **Roteiro para a Implementação da Nova Arquitetura Remuneratória da Função Pública**, abreviadamente designado por RINAR, que foi aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 211/23, de 30 de Outubro.

O trabalho de identificação dos pontos de melhoria das condições salariais dos Funcionários Públicos, continua em curso por via do RINAR, que tem como grande objectivo, a harmonização e o reforço das normas e práticas dos Organismos Públicos em relação aos salários e benefícios, de formas a garantir maior eficácia e eficiência administrativa e a consequente valorização do Capital Humano da Administração Pública.

**Excelências,
Minhas Senhoras e meus Senhores.**

Outra grande perspectiva para o presente ano, é continuarmos a manter uma boa interação com os nossos Parceiros Sociais, quer sejam representantes dos empregadores ou dos trabalhadores, especialmente nas matérias estruturantes, aonde as intervenções destes são imprescindíveis, permitindo assim que tenhamos Políticas Públicas, bem acolhidas, a fim de trazerem uma boa justiça social para os nossos trabalhadores. Por isso, reafirmamos o nosso compromisso de termos doravante, um diálogo permanente com os nossos Parceiros Sociais, alicerçado no respeito mútuo e na flexibilidade das partes.

Em matéria de intercâmbio e cooperação internacional, o MAPTSS tem sido activo, engajando os seus esforços no estreitamento dos laços e na melhoria das relações com os diversos parceiros internacionais, através da articulação permanente, junto das diversas Organizações Internacionais, das quais, o Estado Angolano se encontra vinculado.

Neste particular, temos a destacar a organização exitosa de diversos eventos internacionais, organizadas por este Departamento Ministerial, designadamente:

- **A XV Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que teve lugar na Província de Benguela, de 16 a 18 de Maio de 2023;**
- **A Reunião dos Ministros do Trabalho e Emprego e Parceiros Sociais da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), realizada na Província da Huíla, de 24 a 28 de Março do corrente ano;**
- **A I Reunião Extraordinária dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que decorreu em Lisboa, de 16 a 19 do corrente mês.**

Com a autorização e pleno apoio do Titular do Poder Executivo, continuamos empenhados na criação das condições formais e materiais, para a efectivação da abertura do Escritório-País da OIT em Angola para os PALOP'S, que será de grande valia para todos os Estados de Língua Oficial Portuguesa, porquanto a OIT conta com Escritórios Sub-Regionais em África, mas nenhum destes, tem a Língua Portuguesa como língua de trabalho, o que tem causado inúmeros constrangimentos.

Para terminar, gostaria de dirigir uma palavra de conforto e de encorajamento a toda equipa do MAPTSS, desde os Secretários de Estado, Directores Nacionais, Responsáveis dos Órgãos Superintendidos, Chefes de Departamentos e aos Funcionários em geral, que todos os dias dão a melhor versão de si, para responder e servir a todos quantos a nós recorrem, na certeza de verem atendidos os seus anseios e apreensões.

Com estas palavras, declaro aberto o **I Conselho Consultivo de 2024, do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social**, fazendo votos de uma boa e feliz jornada de trabalho para todos nós.

= BEM-HAJA À TODOS E MUITO OBRIGADA =

LUANDA, AOS 25 DE ABRIL DE 2024.